

Le Monde
diplomatique

EDIÇÃO PORTUGUESA

ESTE PAÍS NÃO EXISTE

ALFREDO MARGARIDO
ANA SANTOS
BRUNO MONTEIRO
CLAÚDIA CASTELO
DIOGO RAMADA CURTO
ELSA PERALTA
INÊS BRASÃO
IRENE FLUNSER PIMENTEL
ISABEL CASTRO HENRIQUES
JOÃO LEAL
JOSÉ BORGES REIS
JOSÉ MANUEL SOBRAL
JOSÉ NUNO MATOS
LUÍS BERNARDO
MANUELA RIBEIRO SANCHES
MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO
NUNO DOMINGOS
PAULA GODINHO
PEDRO SANCHES DUARTE
SÍLVIA CORREIA
VÍCTOR PEREIRA

DERIVA

TÍTULO ESTE PAÍS NÃO EXISTE

AUTORES ALFREDO MARGARIDO, ANA SANTOS, BRUNO MONTEIRO, CLÁUDIA CASTELO, DIOGO RAMADA CURTO, ELSA PERALTA, INÉS BRASÃO, IRENE FLUNSER PIMENTEL, ISABEL CASTRO HENRIQUES, JOÃO LEAL, JOSÉ BORGES REIS, JOSÉ MANUEL SOBRAL, JOSÉ NUNO MATOS, LUÍS BERNARDO, MANUELA RIBEIRO SANCHES, MIGUEL BANDEIRA JERÔNIMO, NUNO DOMINGOS, PAULA GODINHO, PEDRO SANCHES DUARTE, SÍLVIA CORREIA, VICTOR PEREIRA

ORGANIZAÇÃO BRUNO MONTEIRO E NUNO DOMINGOS

ISBN

978-989-8701-07-7

REFERÊNCIA

1510001

FORMATO

12x19 cm

1ª EDIÇÃO

JANEIRO 2015

1ª EDIÇÃO

DEPÓSITO LEGAL

385749/14

IMPRESSÃO

RAINHO & NEVES, LDA.

DERIVA EDITORES

TELF 00351 22 536 51 45

EMAIL infoderivaeditores@gmail.com

derivaeditores.blogspot.pt

derivadaspalavras.blogspot.pt

Esta edição é uma parceria entre a Outro Modo, Cooperativa Cultural e a Deriva Editores.

Reservados todos os direitos. Esta edição não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, gravação ou outros, sem prévia autorização da Editora.

© Le Monde Diplomatique, 2015

ESTE PAÍS NÃO EXISTE

TEXTOS CONTRA IDEIAS-FEITAS

ORGANIZAÇÃO

BRUNO MONTEIRO E NUNO DOMINGOS

Uma nação sem sociedade?

NUNO DOMINGOS

Investigador em Ciências Sociais

A História de Portugal organizada por Rui Ramos e publicada em 2009 pela Esfera dos Livros foi porventura a interpretação da história da sociedade portuguesa mais lida nas últimas décadas¹. A História de Portugal coordenada por José Mattoso (1992), incentivada pela máquina de vendas do Círculo dos Leitores, apesar do seu sucesso comercial, é sobretudo, na sua extensão e formato, um livro de consulta especializada, repousando, provavelmente pouco manuseada, em milhares de estantes portuguesas. A mais recente História é um objecto mais portátil, de síntese, acessível a um público largo, que beneficiou da oferta em fascículos pelo semanário *Expresso*.

As contingências editoriais que pendem sobre a edição da interpretação histórica juntam a necessidade de uma selecção temática, investindo fortemente no comércio comemoracionista da «identidade nacional», muitas vezes sob a forma da biografia do notável – do rei, da rainha, do duque, do navegador, do ditador, do militar, do estadista –, com determinadas exigências formais: uma escrita escorreita e acessível, a necessidade de evitar ruído teórico, abstracção

¹ Organizada por Rui Ramos, responsável pelo período contemporâneo, esta História de Portugal foi também escrita por Bernardo Vasconcelos e Sousa (período medieval) e por Nuno Gonçalo Monteiro (período moderno).

conceptual, erudição académica excessiva. Terá sido pelo modo como saiu dos muros académicos e se tornou um êxito de vendas que esta *História de Portugal* suscitou uma discussão pública.

O historiador Manuel Loff argumentou, inicialmente em dois artigos no jornal *Público* (2 e 16 de Agosto de 2012), que Rui Ramos, responsável pela redacção das páginas sobre aquele período da história portuguesa, apresenta uma imagem branqueada do regime de Salazar. A discussão que se seguiu, pródiga em argumentos de autoridade e de desclassificação do interlocutor, acabou, com algumas excepções, por não se centrar o suficiente na obra em causa. Loff começou por assinalar que Ramos não era um especialista do período (*Público*, 2 de Agosto de 2012); Ramos, chamou Loff de «columista» (*Público*, 21 de Agosto de 2012) e alguns dos expeditos apoiantes de Ramos, em jornais e blogues, foram mais longe, num argumentário que juntou um bizarro elenco das virtudes liberais de uma «*sociedade aberta*».

O mérito da obra e a mestria do investigador não dependem da sua posição política, como foi sugerido dos dois lados em debate. No entanto, como instrumentos de produção de uma memória pública, disseminada não apenas por investigações especializadas mas também por outros meios, desde os livros escolares à ficção, passando por diversos espaços culturais e mediáticos, as interpretações históricas não são autónomas do mundo político. Mas também não o são tanto da experiência social de quem escreve, dos seus interesses e mundividências, como das regras de organização de um campo científico onde o investigador se inscreve, lugar de poderes teóricos e metodológicos, de hierarquias, de temas dominantes e perspectivas dominadas.

Rui Ramos apresenta uma história onde a sua visão sobre o mundo se encontra presente, transposta em instrumentos

epistemológicos e categorias que interpretam o passado, mas que também fornecem meios de leitura do presente. A narrativa e o modo de a contar devem ser interpretados no contexto de relações políticas, sociais e institucionais, dentro e fora da universidade. O diligente grupo de defensores de Ramos, provenientes dos *think thanks* mais ou menos informais da direita liberal e neoliberal portuguesa, deu visibilidade a um conjunto de relações políticas que também são formas partilhadas de conceber mundo; uma visibilidade que porventura o historiador dispensaria, legitimamente interessado em se defender nos terrenos historiográficos.

A necessidade de objectivar o texto de Ramos sobre o Estado Novo, trabalho que excede em muito os limites deste artigo, não significa que, em algumas das suas interpretações, o autor não desafie as *histórias* anteriores que se debruçaram sobre o período, questionando as suas narrativas e revelando alguns dos limites inerentes às suas condições de produção. A redução da discussão da *História de Portugal* aos termos de uma discussão política, aspecto indiscutivelmente relevante, é bastante incompleta enquanto meio de interrogar os esquemas de organização de um campo científico; estes esquemas, em determinados aspectos, são propriedades genericamente consagradas no campo.

A politização do ofício, que parte não raras vezes da inspecção da pureza ideológica do investigador, fecha os termos da discussão – legitimando exercícios de autoridade académica e disciplinar: «quem tem o direito de contar a história do Estado Novo?» –, secundariza o debate conceptual e metodológico, fecha a historiografia a outras ciências sociais, cria escolas avaliadas pelo grau de respeito pelo mestre e tende a centrar a história do país na sua história política, e a acção social nos líderes ou, na melhor das versões, olha para a população enquanto categoria social

definida politicamente, esquece práticas e representações sociais e cai inevitavelmente, mesmo quando disso não se apercebe, num elitismo.

Definições narrativas

Como não há na *História de Portugal* de Rui Ramos uma definição cabal da natureza do Estado Novo, às citações de Loff que tentaram provar o modo como esta *História* branqueava o fascismo, o autor respondeu com outras citações que procuravam demonstrar existirem na obra referências à faceta mais repressiva do regime. Apresentando uma narrativa expurgada do linguajar académico, Ramos não revela neste livro interesse pelo debate sobre a definição tipológica dos regimes, que, com toda a sua tendência para fixar realidades, confinar perspectivas, reduzir a riqueza empírica, acentuar uma história nacional e perpetuar escolas teóricas, tem apesar de tudo isto um importante fundo comparativo e conceptual que permite criar eixos de análise fundamentais para conhecer melhor a relação da morfologia política das nações com o desenvolvimento económico, a estrutura de classes, a história militar, a questão ideológica².

Ramos opta por definir o regime por intermédio do dispositivo da escrita e pela sugestão retórica oferecida pela acumulação não problematizadora de dados, método escolhido para convencer o leitor. É no modo como define personagens, instituições e regimes, lhes atribui acções e perfis, as descreve a partir de diferentes fontes, pelo uso selectivo do verbo e do adjectivo, mas também de dados quantitativos, que desponta um certo tom narrativo, a partir

² Note-se, por exemplo, a recente sociologia histórica de Michael Mann sobre os fascismos – *Fascistas*, Edições 70, Lisboa, 2011.

do qual se conta a história de um país. Desta teia, resultado de um jogo de conotações, descrições e comparações, emerge a estrutura de um campo político, a partir da actividade do qual, transmitida de forma fragmentada ao leitor, se tende a interpretar o processo social, sem intenção de propor hipóteses explicativas sistemáticas, modelos de comparação definidos, padrões de relações, processos de mudança.

Neste sentido, nem se trata de uma história das elites, já que, por exemplo, diz-se pouco sobre a relação entre as elites políticas e as elites económicas portuguesas, elemento crucial para identificar a morfologia de um campo do poder mais lato. Trata-se sobretudo, nesta obra, da análise da acção política e do Estado, embora não haja propriamente uma problematização sobre o Estado enquanto instituição moderna. O Estado, na análise que o texto dedica ao período salazarista, é avaliado pela análise quantitativa seleccionada por Rui Ramos, que revela em tom eleitoralista ao leitor uma longa lista de conquistas comprovadas por um sortido de números.

A ausência de um campo do poder

A falta de uma análise mais precisa do campo do poder em Portugal é responsável neste livro pela mitologia do sujeito político, presente na análise do trajecto de Salazar, o líder, centro dramático deste campo político, sobrevivente que resiste a múltiplas intrigas, manobrando entre grupos e tendências, criando alianças inesperadas e afastando ou cooptando os inimigos, um a um. Salazar toma para si parte dos verbos que definem a morfologia da narrativa histórica: «estava consciente», «reflectiu», mostrou «habilidade» (p. 629), «contou», «notou», «não se ficou por aqui», «desfez-se», «teve a

preocupação», «teve de aceitar», «nunca esteve», «dependeu da sua habilidade», «capaz de envolver e seduzir», (p. 630), «falava» e «ouvira em público», «fez da ambiguidade uma arte», era «irresoluto», e por aí adiante.

Quase sempre o contexto da sua acção é conotado positivamente, e não há mecanismos de distanciação que relativizem a sugestão de uma empatia narrativa com a personagem, apresentada como um *self made man*, que vingou pelo mérito e não beneficiou do privilégio de classe. O interesse em recuperar o indivíduo para a narração histórica, submergido por tradições estruturalistas, redonda porém num esvaziamento da análise das relações de poder. Ao centrar-se na acção do sujeito, dispositivo que facilita a narração, a análise marginaliza o facto de o percurso de Salazar, mais do que propriamente uma encarnação do mérito, ter dependido do modo como serviu as forças que dominavam um campo do poder, que o autor não enuncia de forma sistemática. Essa condição de dependência de um conjunto de relações era um princípio constitutivo das acções do ditador e condição do seu mérito, apesar de a narrativa sugerir por várias vezes que era dono das suas escolhas.

A ausência de uma análise do campo do poder, cujos elementos aparecem ocasionalmente na narrativa de Ramos, sente-se também no exame do regime. O regime absorveu as características do líder. O «pragmatismo» caracterizava um regime que, apesar das características fascistas, que Ramos assume, era sobretudo estimado por conservadores. Para definir melhor o regime, Ramos investe em inúmeras comparações. A contagem de mortos em perspectiva comparada aproxima o Estado Novo dos regimes democráticos e afasta-o da Primeira República portuguesa, da Alemanha nazi e do regime soviético. A utilização da categoria política como termo comparativo, fora de uma história problemati-

zadora, confronta realidades estruturais e universos tão dissemelhantes, em escalas e temporalidades tão diversas, que a razoabilidade analítica é diminuta, para não dizer nula.

Esta debilidade decorre também de uma interpretação confinada dos mecanismos de dominação. A contagem de mortos é privilegiada em relação a outros índices de repressão, como a existência de um medo generalizado, alimentado pelo silêncio e por formas de paternalismo, e guardado pela violência estatal e pela delação, mas sobretudo por um poder simbólico que vigiava os corpos e reificava as práticas, e que não era outra coisa senão a tradução de uma relação com um mundo de desigualdades objectivas. A pesquisa sobre o modo como este dispositivo de repressão beneficiou de relações de dominação existentes fora do universo político, promoveu a auto-censura e o conformismo e se instalou no tecido social e nos corpos, exigiria o recurso a outras fontes e a obrigação de o historiador sair do terreno político, disciplinar e epistemológico em que se instalou.

Face a esta ausência de problematização procede-se a uma naturalização da ideia dos brandos costumes (na repetição do «*viver habitualmente*») incapaz de perceber as raízes da violência e da dominação na sociedade portuguesa, assente numa radical desigualdade, fora e dentro do campo político. Esta diferença habitava as relações de parentesco e familiares, de género, as relações entre as classes, no local de trabalho, na organização comunitária, nas sociedades rurais, no universo das relações raciais (sobretudo no contexto colonial). Em suma, Rui Ramos marginaliza diversos contextos de reprodução de relações de poder e de criação de normas sociais dominantes, que têm vindo, aliás, a ser trabalhados por diversos investigadores em Portugal.

O exame do mundo da política institucional explica o interesse de Ramos em olhar para as oposições políticas ao

regime, tema evidentemente importante. Reduzidas quase sempre à sua dimensão formal, e a história dos seus militantes diluída na acção dos líderes, as oposições fora do regime são personagens menorizadas nesta narrativa, genericamente incapazes e ineficientes, ou velhas e acomodadas. Na Guerra Colonial, as tropas dos movimentos de libertação eram apenas inábeis (registaram vinte vezes mais baixas), «*avassaladas por querelas tribais e ideológicas*» e «*muito susceptíveis de deserções e traições*» (p. 683). O exército português, pelo contrário, era apenas moderno e eficaz. Da diversidade das acções bélicas deste exército, Rui Ramos optou por salientar a sua acção social, que se situava ao nível da Organização Mundial da Saúde (OMS). É, aliás, na explicação dos acontecimentos que desencadearam o início da guerra no Norte de Angola que Rui Ramos utiliza o seu dispositivo literário para se aproximar de uma «*história vivida*», fazendo uma descrição gráfica, sem par neste livro, do exercício do poder: «*A UPA [União dos Povos de Angola] chacinou cerca de 1000 brancos, incluindo crianças, esventrados e decapitados à catana*». O registo aproxima-se do utilizado pela própria propaganda de guerra portuguesa para justificar tudo o que se passou a seguir. Nesta *História de Portugal* a oposição mais hábil é interna ao regime. O autor interessa-se pouco por explorar a diferença notória entre as condições do exercício da oposição, a externa entre a clandestinidade, a prisão e o exílio, a interna na calma serena do gabinete. A certa altura da narrativa Marcelo Caetano parece o verdadeiro opositor a Salazar e as alternativas mais razoáveis ao Estado Novo, dir-se-ia as mais pragmáticas, partiam sempre de uma esperança liberalizadora promovida por grupos próximos das esferas políticas oficiais.

O pragmatismo nacionalista

No exíguo campo político que governa a acção nacional, à volta de Salazar outras personagens e instituições também agem. Pela acção, opiniões e memórias de ministros, diplomatas, militares, clérigos, jornalistas estrangeiros, vemos o desenho particular de um país apontado ao modo como as elites políticas governam o Estado e o povo, nesta narrativa um mero objecto da história que aparece enquanto projecção do pensamento dos outros, enquanto categoria estatística ou política. Desta forma é natural, por exemplo, que nesta *História de Portugal* não se encontrem muitas mulheres. É um Portugal masculino, quão masculino era o campo político a partir de onde Rui Ramos conta a história do país. É também um Portugal imperial, mas onde das colónias sobra uma visão soberanista, centrada nas relações internacionais de um sujeito histórico nacional para quem as colónias têm um valor orçamental, perante o desinteresse em analisar a vida social, a estratificação, o racismo.

O conceito de classe surge para realizar descrições vagas de grupos sociais sem grande intuito analítico. Noutras ocasiões, estas classes aparecem enquanto objecto da acção do Estado (controlar as classes obreiras), mas raramente enquanto grupo social, ou grupos que apresentam padrões de práticas, consumos e comportamentos que seriam úteis para analisar a sociedade portuguesa e a morfologia do campo do poder. Assim, não há tentativas de recuperar «representações colectivas» que se aproximassem das práticas e visões do mundo de grupos e classes subalternos. Para se chegar ao pensamento do povo, Rui Ramos recorre a um estudo de opinião sobre governação realizado em

1973³. Este estudo serve-lhe para argumentar, primeiro, que «quanto mais se descia na escala social mais se encontrava o ponto de vista do Estado Novo, por exemplo, relativamente ao Ultramar» (p. 692) e, segundo, que se confirmava a impressão de que nunca se vivera tão bem em Portugal (p. 702). Apesar de este tipo de estudos simplificar a relação dos indivíduos com o mundo, resumindo-a a uma escolha, pretensamente igualitária, entre um conjunto limitado de hipóteses; apesar de no estudo citado apenas 30% dos inquiridos ter aprovado a governação, contra 21% que a desaprovavam, e de 49% se terem recusado a responder – sem dúvida o seu dado mais relevante e bastante significativo quando ao contexto político que envolvia a expressão da opinião –; apesar de os próprios autores do estudo por várias vezes se referirem à sua debilidade e ao facto de não ser representativo da população portuguesa⁴; apesar de tudo isto, Rui Ramos considerou-o uma fonte suficientemente forte para resolver, em duas frases, a questão da relação entre governantes e governados durante este período do Estado Novo.

Na *História* do Estado Novo de Rui Ramos está presente uma visão do mundo. Não sendo uma apologia do regime, o seu comparativismo retórico, pouco problematizador e fechado aos contributos de outras ciências sociais, relativiza a dinâmica repressiva do salazarismo, ao desvalorizar o papel de movimentos, ideias e acções que o combateram, e ao marginalizar o estudo da sociedade, dos seus grupos e indivíduos. Em certa medida esta *História* recupera o Estado Novo para uma narrativa mais compacta de uma história nacional: não foi perfeito, mas teve coisas

³ Instituto Português de Opinião Pública, *Os Portugueses e a Política*, Moraes Editora, Lisboa, 1973.

⁴ Ibidem, pp. 8-9 e 19.

boas. A imposição de um relato historiográfico nacionalista, que se repercute na cultura popular, tem conduzido a que se insista na ideia de que Portugal teve um império «*excepcional*», muito diferente dos outros, no fundo mais uma «*experiência cultural*», multicultural, na versão actualizada, sem interesse económico, sem abusos, sem violência nem discriminação; na mesma linha parece agora ter tido também um fascismo excepcional, tão excepcional, que se tornou numa espécie de conservadorismo reformista, ajustável a uma narrativa histórica mais linear. A visão do país a partir das virtudes da acção política e dos políticos acaba, enfim, por conotar o tempo de Salazar como essa virtude máxima da política contemporânea: o pragmatismo. Faculdade com inevitável carácter justificativo, «antes isto do que outra coisa qualquer», é também por excelência uma faculdade cega, eufemizadora, que oculta formas de dominação, violência e desigualdade.

As mentalidades da portugalogia

LUÍS BERNARDO
Historiador

A última obra de Miguel Real, *Nova Teoria do Sebastianismo*, propõe uma leitura alucinatória e mítica do único nexo simbólico geralmente entendido como «português». O sebastianismo é, para o autor, o corolário histórico da «*criação, consolidação e cristalização de uma alucinação fantasmática primordial*» (p.23). As balizas temporais da obra são particularmente ambiciosas: se o processo de emergência e consolidação dessa representação colectiva prossegue, como sugerido pelo autor, o sebastianismo tem cerca de quatrocentos anos de história. No entanto, o milenarismo implícito remete para os milenarismos europeus, tornando uma análise das estruturas discursivas e ideológicas do sebastianismo em exercício multi-secular. Não se pretende, aqui, conceber uma crítica à delimitação cronológica sugerida; aquilo que se pretende é observar a consistência teórica e empírica de uma «nova teoria» baseada numa leitura simbólica e generalizante do processo histórico da entidade política a que se convencionou denominar Portugal. Assim, o sebastianismo, enquanto factor causal de variadíssimos comportamentos colectivos observáveis «nos portugueses», encerra o interesse de, como ponto focal, poder revelar as modalidades de reprodução do pensamento